

Crise Política no governo Temer (PMDB): uma análise do enquadramento noticioso da Folha de S. Paulo

Political crisis in the government Temer (PMDB): a framework for analysis of news Folha de S. Paulo

Mariane Motta Campos

Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora, MG, Brasil.

Mayra Regina Coimbra

Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora, MG, Brasil.

Resumo

O artigo busca analisar a interface mídia e política, tomando como objeto de investigação o jornal *Folha de S. Paulo*, sob a perspectiva do enquadramento noticioso dado aos pronunciamentos do presidente Michel Temer (PMDB) diante de momentos de crise no seu governo. Tendo em vista a crise política e institucional vivenciado no Brasil desde 2014, é importante trazer contribuições analíticas sobre o papel da mídia no agravamento desta situação peculiar da história do país.

Abstract

This paper analyzes the media and political interface, taking as object of investigation the newspaper *Folha de S. Paulo*, from the perspective of the news framework given to the pronouncements of President Michel Temer (PMDB) in the face of moments of crisis in his government. Given the political and institutional crisis experienced in Brazil since 2014, it is important to bring analytical contributions about the role of the media in aggravating this peculiar situation in the history of the country.

Palavras-chave

comunicação; crise política; enquadramento; Temer; mídia.

Keywords

communication; political crisis; framework; Temer; media.

1 Introdução

O presente artigo traz como objeto de investigação o jornal *Folha de S. Paulo*, sob a perspectiva de analisar o enquadramento noticioso, como representação da cobertura midiática, tendo em vista a centralidade da mídia, que, segundo Lima (2006), interfere nos diferentes processos e esferas da atividade humana, inclusive, a esfera política.

Em primeiro lugar, deve-se destacar a crise política que enfrentamos nesse momento, que não se limita ao governo Temer, mas se trata de uma situação de descrença nas instituições políticas. Remete a uma crise de representação política e um processo de desmonte da própria lógica democrática. Nesse sentido, ao discutir as democracias contemporâneas, Robert Dahl (1997) afirma que existem pobres aproximações do ideal democrático. O autor define dois eixos para analisar o bom funcionamento de um Estado democrático: a participação dos cidadãos e o grau de institucionalização. Dahl argumenta que os países que consolidaram, primeiramente, as regras institucionais e foram gradativamente ampliando a participação popular têm democracias mais consolidadas. No caso do Brasil, houve um processo inverso - ampliou-se o eixo da participação, mas não se investiu no processo de institucionalização.

Nesta mesma linha de análise, ao analisar a democracia brasileira, Santos (1993) afirma que o país se estruturou a partir de uma institucionalização precária, já que as regras mudam facilmente e de acordo com os interesses dos grupos dominantes. Além disso, o processo democrático brasileiro passou por vários momentos de ruptura, como os golpes militares em 1937 e 1964. Em 1985, iniciou-se finalmente o processo de consolidação democrática e o fato de termos chegado à sétima eleição presidencial (1989, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014) mostra o fortalecimento da democracia, porém a política brasileira ainda sobre interferências de grupo dominantes e

de interesses dos mesmos. Dessa forma, o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff tem sido visto por muitos analistas políticos como mais uma ruptura da ordem institucional, mesmo sem o uso coercitivo da força. A polarização política intensificada após a vitória de Dilma em 2014, a grave crise política e institucional deflagrada a partir de 2015 e as movimentações que levaram ao impeachment da petista revelam um retrocesso no processo democrático brasileiro, considerado por estudiosos e analistas políticos como um golpe em função de não ter sido uma cassação respaldada em argumentos jurídicos sólidos e motivada muito mais por articulações políticas, principalmente de políticos do MDB (antigo PMDB), que era o principal aliado do PT. Santos (2017) considera o impeachment como um golpe jurídico, midiático e legislativo, o que leva a comparar o golpe de 2016 com o golpe de 1964 em alguns aspectos. Souza (2016) também aponta que o golpe já começou a ser articulado desde as Jornadas de Junho, quando as forças de direita começaram a se organizar.

Após o impeachment, Michel Temer (PMDB) assumiu o governo diante de uma crise econômica e política causada não apenas pela ruptura da ordem institucional, mas também pelos desdobramentos da Operação "Lava-Jato" que investiga uma parte da cúpula do MDB, incluindo o presidente, de corrupção envolvendo pagamento de propinas por empresas. Além disso, o governo Temer propôs uma série de reformas impopulares para a recuperação da economia. Tudo isso levou a queda histórica de popularidade do presidente Temer - segundo pesquisa do Ibope realizada em abril de 2017, 79% da população desaprova o governo Temer e segundo a Pesquisa Ipsos, também realizada em abril, 87% dos brasileiros rejeitam o governo Temer. A disputa presidencial de 2018 é incerta, já com uma grande fragmentação e um elevado número de candidatos e questionamentos a sua legitimidade, já que o ex-presidente Luiz

Inácio Lula da Silva (PT) que lidera as pesquisas de opinião pública para vencer no primeiro e no segundo turnos foi condenado a 12 anos e 9 meses de prisão, tendo sido preso no dia 07 de abril de 2018 por determinação do juiz Sérgio Moro.

A crise política vem ganhando grande visibilidade midiática e suscita questões importantes em relação ao papel da instância midiática na contemporaneidade. Constata-se que, no Brasil, há uma concentração de poder da mídia em poucos conglomerados (Lima, 2006). Tal controle horizontal dos meios de comunicação tanto massivos como digitais nas mãos de alguns grupos empresariais, familiares e políticos suscita outros questionamentos. De que forma a mídia interfere nessa crise como um importante ator político, tomando posicionamentos ao enquadrar os fatos a partir de determinadas percepções sobre a política? Como a *Folha de S. Paulo* vem retratando os discursos do presidente Michel Temer? Suas falas diante de momentos de crise em seu governo têm sido enquadradas positivamente ou negativamente pelo jornal?

2 Referencial Teórico

Antes de trazer uma análise sobre o enquadramento noticioso dos pronunciamentos de Michel Temer, o artigo apresenta uma base teórica e conceitual a partir de dois eixos temáticos: (a) a centralidade da mídia para a política, gerando uma ênfase personalista e uma cobertura espetacular; (b) a imprensa sob a perspectiva construcionista com ênfase na discussão sobre o enquadramento noticioso.

2.1 A centralidade da mídia para a política: o personalismo e a dimensão espetacular

Ao tratar da interface mídia e política, é imprescindível tratar da centralidade da mídia para a política. Segundo Lima (2006), a política nos regimes

democráticos é uma atividade eminente pública e visível, ou, é o que deveria ser. E é a mídia que define o que é público, ou seja, a mídia torna público o que for de seu interesse, com isso para se ter visibilidade, a política depende da mídia bem como a mídia depende da política para se pautar e até por questões mercadológicas. A partir daí podemos perceber a centralidade da mídia para a política, bem como a relação de simbiose tensionada entre os campos.

É importante trazer as contribuições sobre campos simbólicos de Bourdieu (1986). O campo, para o autor, é um espaço de disputa entre dominantes e dominados. E isso se dá tanto para o campo da política, como para o campo midiático. Todo campo, segundo Bourdieu, almeja a autonomia e o fechamento para si próprio, mas no caso da política o fechamento é limitado, já que esse campo precisa se abrir aos eleitores. O capital político é uma forma de capital simbólico (uma espécie de crédito especial), já que para se chegar ao objetivo e chegar ao poder o agente depende da popularidade dentro do próprio campo político. Mas Bourdieu destaca que cada vez mais a geração de capital político depende da visibilidade nos meios de comunicação, significando uma perda de autonomia para o campo político.

O campo midiático pode ser entendido também a partir da contribuição de Adriano Duarte Rodrigues. Na perspectiva de Rodrigues (1990, p. 202), a razão de ser do campo das mídias é constituída pelas funções de mediação. A atuação das mídias na sociedade envolve a publicização de informações, a tematização de agendas, a construção de cenários, enfim, ações que garantem a existência pública de um acontecimento. O campo das mídias detém então as modalidades de acesso, presença, circulação e permanência das diversas entidades na dimensão pública, o que conduz a realidade hoje ser confundida cada vez mais com aquilo que é midiático. Segundo Rodrigues, o campo da comunicação autonomiza-se a partir da emergência da modernidade e passa a ocupar o espaço de centralidade na vida social. A instância comunicativa mediática avoca a

tarefa de servir de mediação dos campos sociais, onde estes buscam visibilidade e transparência. Por isso, a política hoje para se realizar tem que recorrer à esfera midiática.

Segundo Miguel (2003), a visibilidade nos meios de comunicação é importante para o reconhecimento público, ou seja, para o crescimento na carreira política, deve-se ter essa visibilidade, que é alterada ou reafirmada pelos meios de comunicação. Miguel afirma que a mídia interfere na estruturação da carreira política já que influencia na produção de capital político. A partir do momento em que o indivíduo com alta visibilidade midiática pode conquistar cargos mais elevados na carreira política, a mídia torna-se uma fonte de capital político. O autor nomeia essa relação complexa entre mídia e política como "simbiose tensionada".

Em decorrência da simbiose entre mídia e política, tem-se uma crescente espetacularização do discurso. Nesse sentido, o processo teatral, dramático e espetacular que os campos sociais assumem está relacionado à lógica espetacular da mídia. Antes de entrar na discussão da espetacularização propiciada pela mídia, é importante tecer considerações acerca do trabalho de Erving Goffman (2013), que argumenta que a vida social é tecida por interações sociais pautadas num jogo de representação social e teatral. Os indivíduos exercem papéis e, no jogo de interações, mudam de máscaras sociais conforme o processo de interlocução.

Gomes (2004), por sua vez, explica que a política, para sobreviver, precisa se acomodar à lógica da cultura midiática, que é regida por uma natureza espetacular. Entende-se por espetacularização, sob a ótica do autor, o fato de a mídia acionar três subsistemas: a diversão, o drama e a ruptura das regularidades. Tudo o que entra na mídia precisa atender a um desses subsistemas. A política, então, torna-se mais dramatizada, porque se vive da criação de fatos novos e surpreendentes. Além disso, mesmo quando se tem uma

onda de denúncias e escândalos, não deixa de ser divertida e atrativa para o público midiático.

Esta relação entre a política e a mídia gera processos, como o personalismo e a espetacularização da política. Debord (1997), que tem uma visão bem crítica em relação ao capitalismo e à indústria cultural, afirma que a mídia se constitui como um forte elemento na vida da sociedade. Segundo o autor, por meio do processo de alienação, conceito apropriado da visão marxista, a mídia impõe a sociedade à passividade. Por isso, a opinião pública desaparece em meio ao cenário dominado pelas informações midiáticas.

Para Gomes (2004), o jornalismo político destaca-se nessa prática de usar a teatralização ao empregar, por exemplo, o uso de músicas em campanhas ou até o discurso informal que é utilizado de forma não autêntica por muitos políticos ou candidatos. Segundo Gomes, há um crescente interesse do jornalismo atualmente pela dramatização, principalmente depois da televisão. Gomes afirma que se o jornalismo busca desqualificar algumas encenações protagonizadas por políticos é porque ele mesmo quer controlar o espetáculo político.

A opinião pública se constrói através dos meios de comunicação. E os *mass media*, para Gomes, atuam como vitrines da indústria cultural. A mídia busca grandes audiências por meio da espetacularização, utiliza o poder de interferência na opinião pública para lucrar, vendendo a notícia e interferindo em setores importantes da sociedade como a política. O cenário político é mediado pelos *mass media* que não retratam a realidade, mas sim criam versões da realidade a partir de interesses editoriais, políticos e econômicos.

Segundo Gomes (2004), a cultura midiática é gerada diante de condições sociais que os meios de comunicação oferecem ao público ao emitir informações. Por isso, somente é possível compreender todo o processo de ligação entre

espetáculo e sociedade se analisar efetivamente o processo cultural e de valores da sociedade. Com isso, percebe-se que a importância desse tema para a interface mídia e política é a discussão da forma como os discursos políticos são construídos e lançados na mídia, pois a mídia é apenas mais um agente da espetacularização, juntamente com a cultura, e a política.

Junto ao processo de espetacularização, a mídia intensifica o caráter personalista da vida pública. Nesse sentido, Manin (1995) destaca o personalismo na vida política contemporânea. Segundo o autor, na sociedade atual os partidos políticos ficam em segundo plano, perdendo espaço para o voto. Assim, o eleitor na atual sociedade é influenciado pela imagem do líder, da pessoa. Essa característica cria uma crise de representação, com baixa identificação do eleitor com os partidos e com organizações como os sindicatos, por exemplo. Esse fator resulta em uma instabilidade eleitoral e ao mesmo tempo fortalece a mídia, que hoje acaba tomando o lugar que antes era dos partidos, fazendo assim, com que o campo político vá perdendo cada vez mais sua autonomia diante do campo midiático.

Manin (1995) destaca que antes os partidos políticos se preocupavam em apresentar o plano de governo e se comprometiam a cumpri-lo caso chegassem ao poder. Porém, segundo Manin, nos dias atuais, a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos fundamenta-se, em vez disso, na construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes. O autor aponta que como consequência dessa personalização as eleições já não têm mais como foco o cidadão e suas reivindicações. Manin cria tipos ideais de democracia representativa e afirma que saímos de uma democracia de partidos, que vigorou até os anos 80, para uma democracia de público, centrada no papel central da mídia e nos líderes personalistas.

2.2 Enquadramento noticioso

Segundo Porto (2001), o conceito de enquadramento tem sido utilizado para definir os “princípios de seleção, ênfase e apresentação” usados por jornalistas para organizar a realidade e o noticiário. No caso da cobertura política, os enquadramentos permitem aos jornalistas conquistar audiências, organizar e interpretar temas e eventos políticos de forma específica. Para o autor, os enquadramentos noticiosos pautam as conversas e discussões sobre problemas sociais e políticos, fazendo com que o enquadramento tenha um importante efeito no modo como a audiência interpreta esses problemas. Em uma sociedade onde as pessoas possuem uma baixa escolaridade, por exemplo, essa interpretação tende a ser menos crítica. Com isso, o enquadramento dado pela mídia tem uma influência ainda maior.

Motta (2007) explica que os enquadramentos não são produzidos pelos jornalistas, mas recolhidos por eles da experiência e cultura humanas. No caso do jornalismo político, Motta explica que ele tende a utilizar os enquadramentos dramáticos lúdicos, tipo jogos (guerra, duelo, luta de boxe e outros), porque esses *frames* culturais enquadram melhor os enfrentamentos políticos, facilitando a compreensão dos complexos conflitos da política. O autor ressalta ainda que as disputas políticas representadas em metáforas de jogos tornam-se pedagógicas sem serem didáticas, ou seja, esse uso do enquadramento dramático na cobertura de política pode ser de fácil entendimento para o leitor ou telespectador, mas torna esse tipo de enquadramento simples demais para a complexidade da política.

Martins (2016) lembra que a objetividade jornalística é um mito e configura-se como uma estratégia de mercado. Ao cobrir um acontecimento ou ao elaborar uma notícia, o jornalista carrega consigo uma cultura e valores. Segundo a autora, o fator tempo, as rotinas de produção, os critérios

de noticiabilidade e os métodos jornalísticos são fatores que interferem na construção da realidade. Por isso, verificar o tipo de enquadramento que uma notícia tem é necessário, uma vez que a realidade é enquadrada de diversas formas.

3. Análise da cobertura da *Folha de São Paulo*

3.1 Metodologia e contexto político

Procedemos a uma análise de conteúdo das matérias publicadas pela *Folha de S. Paulo* a fim de compreender como foi dado o enquadramento dos discursos de Temer durante momentos de crise da sua imagem e de seu governo. Parte-se da compreensão de Bardin (2013), que compreende a análise de conteúdo como um método que aplica tanto técnicas quantitativas como qualitativas e visa a obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores que permitam ao pesquisador fazer inferências sobre o objeto investigado. As notícias veiculadas pela *Folha de S. Paulo*, conforme Quadro I, evidenciam bem o papel da mídia como ator político, ao escolher uma determinada angulação, um enquadramento. Pretende-se analisar as notícias a partir das seguintes categorias de análise: (a) a imagem do presidente e do seu governo no jornal; (b) Personagens; (c) as temáticas acionadas; (d) O caráter teatral e espetacular.

Quadro I - Notícias publicadas no Jornal *Folha de S. Paulo*

Data da publicação	Título	Jornalistas que assinam a matéria	Contexto
19 de maio de 2017	'Não renunciarei', diz Temer em discurso	Gustavo Uribe, Marina Dias e Bruno Boghossian	Após a divulgação das delações da JBS, que citam Temer
26 de maio de 2017	Temer faz aceno ao Congresso em busca de sobrevivência política	Marina Dias, Bruno Boghossian e Gustavo Uribe	Após manifestações contra o governo depois da divulgação das delações
28 de junho de 2017	Temer vê revanche de Janot e insinua que ele obteve propina	Gustavo Uribe e Marina Dias	Após Janot apresentar denúncia de corrupção passiva contra Temer
03 de agosto de 2017	Resultado é conquista das instituições, diz presidente	Gustavo Uribe e Talita Fernandes	Após a votação na Câmara dos Deputados que decidiu pelo arquivamento do processo contra Temer

Antes de começar a análise, é importante entender o contexto político. O governo Temer teve início no dia 12 de maio de 2016, quando assumiu interinamente até o fim do julgamento da presidenta Dilma Rousseff. No dia 31 de agosto de 2016, Temer assumiu o posto de presidente de forma definitiva, após Dilma Rousseff perder o mandato sob acusação por práticas de "pedaladas fiscais" - termo que se refere a operações

orçamentárias realizadas pelo *Tesouro Nacional*, não previstas na legislação, que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos públicos e privados com a intenção de aliviar a situação fiscal do governo em um determinado mês ou ano, apresentando melhores indicadores econômicos ao mercado financeiro e aos especialistas em contas públicas. Ao chegar à presidência em meio a uma crise econômica, Temer propôs uma série de reformas para a recuperação da economia. A primeira delas foi aprovada por meio da PEC 55, que impõe limites de gastos futuros do governo federal, podendo cortar gastos inclusive de setores essenciais a população como saúde e educação. A PEC 55 foi aprovada em dezembro de 2016 e demonstrou a força da base aliada do governo Temer. Outras propostas foram apresentadas, como a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência, consideradas as mais essenciais pelo governo para estabilizar a economia e reduzir os gastos públicos, mas, por outro lado, são as mais criticadas pela oposição, pelos movimentos sociais e organizações sindicais. Para os movimentos de esquerda, as reformas significam um retrocesso em termos de perda de direitos dos trabalhadores, garantidos tanto pela CLT como pela Constituição de 1988.

Porém, essas reformas impopulares bem como o envolvimento da cúpula do governo Temer e do próprio Presidente em esquemas de corrupção têm contribuído para a queda de popularidade de Temer. Segundo pesquisa do Ibope realizada em abril de 2017, 79% da população desaprova o governo Temer e segundo a Pesquisa Ipsos, também realizada em abril, 87% dos brasileiros rejeitam o governo Temer. Diante da impopularidade, diversas manifestações pedindo a saída de Temer e contra as reformas trabalhistas e da Previdência aconteceram em várias partes do país.

A Reforma Trabalhista foi aprovada em julho de 2017, demonstrando mais uma vez a força da base governista. Entretanto, a Reforma da Previ-

dência acabou não sendo votada após algumas manifestações por parte da população e principalmente devido ao ano de eleição, em que muitos políticos temiam a rejeição por conta de mais uma aprovação impopular.

A crise do governo Temer agravou-se após a divulgação da mídia, no dia 18 de maio, sobre as delações dos donos da Empresa JBS, Joesley Batista e Wesley Batista que gravaram conversa como Presidente Temer dando aval para comprar o silêncio do ex-deputado preso Eduardo Cunha. Os empresários denunciaram também o senador Aécio Neves (PSDB) e Guido Mantega (PT), ex-ministro da fazenda do Governo Dilma. Essas delações levaram o Supremo Tribunal Federal (STF) a autorizar abertura de inquérito contra o Presidente Michel Temer (PMDB). Além disso, a base governista se desestabilizou e, desde então, uma crise política assola não somente o Governo Federal, mas também as instituições políticas passam por uma instabilidade e incertezas para a disputa eleitoral em 2018.

No período de 06 a 09 de junho de 2016, o governo Temer passou por outro momento tenso, com o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da ação impetrada em 2014 pelo PSDB para cassar a chapa então eleita de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB). Por 4 votos a 3, a chapa não foi cassada e manteve Temer no poder, mas gerou uma série de questionamentos ao TSE, principalmente ao presidente do Tribunal, o ministro Gilmar Mendes, que, anteriormente, quando Dilma estava no poder, defendia uma apuração e julgamento da chapa com um posicionamento crítico.

Após as denúncias dos executivos da empresa JBS, a Procuradoria abriu inquérito contra Temer, acusando-o de ter recebido a propina que Rodrigo Rocha Loures (PMDB) recebeu da JBS. A denúncia contra Temer passou primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara que rejeitou o parecer pela admissibilidade

da denúncia contra o presidente Michel Temer, e aprovou o relatório substitutivo que sugeria o arquivamento do processo. Após isso, foi aberta a votação na Câmara dos Deputados, que poderia ser favorável ou não ao relatório da CCJ. Por 267 votos a 227 o Plenário votou a favor do relatório da CCJ, que recomendava a rejeição da denúncia da Procuradoria Geral da República por crime de corrupção passiva contra o presidente Michel Temer. Com isso, Temer só poderá ser julgado após a sua saída da Presidência e mais uma vez a força da base aliada do governo venceu.

Porém, no dia 12 de setembro de 2017, o ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu abrir um novo inquérito contra o presidente Michel Temer sob a suspeita, a partir da delação de executivos da J&F, de que ele possa estar envolvido num esquema de corrupção e lavagem de dinheiro na edição de um decreto que mudou regras portuárias. Com essa decisão, outra votação ocorreu em Plenário da Câmara. E em outubro de 2017, mais uma vez a Câmara decidiu pelo arquivamento da segunda denúncia contra Temer. Por 251 votos a 233 os deputados decidiram acompanhar o relator Dep. Bonifácio Andrada (PSDB), beneficiando o peemedebista. Diante disso, é importante analisar o enquadramento que vem sendo feito pela mídia da crise no governo Temer, tendo em vista a importância da mídia como ator político.

3.2 Análise de conteúdo da *Folha de S. Paulo*

O jornal *Folha de S. Paulo* tem grande circulação no Brasil, sendo o maior jornal de circulação em formato digital e o terceiro no formato impresso, no ano de 2015, segundo dados do *Instituto Verificador de Circulação (IVC)*, tornando-o um importante veículo para análise, principalmente tendo em vista que o mesmo realizou enquadramentos negativos com relação ao governo Dilma, é importante analisar como o mesmo enquadrava o governo Temer. Como *corpus* de análise foram escolhidas quatro matérias publi-

cadas pelo veículo sobre os principais momentos de crise do governo, a fim de analisar o enquadramento dado ao discurso de Temer nesses momentos, buscando compreender se o jornal buscou enquadrar positivamente ou negativamente as falas de Temer nos principais momentos de crise escolhidos: (1) Após a divulgação das delações da JBS, que citam Temer; (2) Após manifestações contra o governo depois da divulgação das delações; (3) Após Rodrigo Janot, Procurador Geral da República, apresentar denúncia de corrupção passiva contra Temer; (4) Após a votação na Câmara dos Deputados que decidiu pelo arquivamento do processo contra Temer. Tendo em vista que o jornal escolhido para a análise tem feito uma exaustiva cobertura do governo Temer e principalmente da crise política, foi escolhido um pequeno recorte dos principais momentos de crise do governo peemedebista até o momento da escrita.

3.2.1 A imagem do presidente e do seu governo no jornal

Nesse tópico a pesquisa adotará como operacionalizador de análise o conceito de valência, tal como desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Opinião Pública – Doxa, do antigo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro). O conceito de valência tem por finalidade verificar o enfoque dado às reportagens jornalísticas, buscando esclarecer se elas prejudicam ou beneficiam a imagem de um candidato, governo, ações e estratégias governamentais. Conforme análise das 4 (quatro) notícias publicadas pela *Folha de S. Paulo* e que constituem o *corpus* do artigo, o presidente Michel Temer foi citado 14 vezes, sendo 10 de forma negativa (71%) e apenas 04 de forma positiva (29%), conforme o Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Imagem do presidente e do seu governo.

Matéria:	Data de publicação:	Nº de vezes acionado positivamente:	Nº de vezes acionado negativamente:
1ª	19 de maio de 2017	1	2
2ª	26 de maio de 2017	1	5
3ª	28 de junho de 2017	0	1
4ª	03 de agosto de 2017	2	2
TOTAL:		4	10

De acordo com Rodrigues (1990), o campo midiático passou a ocupar um espaço de centralidade nas sociedades contemporâneas. Tendo em vista a centralidade da mídia, é importante analisar a imagem do presidente Temer e de seu governo, diante da mídia. No Quadro 2, é retratado o número de vezes que a imagem do presidente e seu governo são retratados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, seja positivamente ou negativamente. Diante do enquadramento feito pelo veículo, percebe-se que a imagem do presidente foi apresentada mais negativamente nesses momentos de crise do governo. As matérias utilizam-se muito da palavra "crise" para caracterizar o governo Temer, ao mesmo tempo que aponta algumas vezes a baixa popularidade do governo: "Em um esforço para reverter a baixa popularidade, o presidente também quer retomar agenda de viagens pelo país..." Na matéria publicada no dia 28 de junho, os jornalistas afirmam que os deputados presentes no discurso de Temer foram chamados para blindar o presidente na entrada, desqualificando os apoiadores que apoiavam Temer no debate. Dessa forma, acionam mais uma vez de forma negativa a imagem de Temer, dando a

entender que os apoiadores estavam lá para representar o apoio de forma não espontânea.

Tendo em vista que o número de acionamentos negativos ao governo Temer supera os acionamentos positivos, pode-se concluir que as quatro matérias analisadas tiveram valência negativa, prejudicando a imagem de Temer diante dos quatro momentos de crise analisados.

2.2.2 Personagens

Segundo Manin, nos dias atuais, a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos fundamenta-se na construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes, fortalecendo o personalismo na política. Além disso, como explica Gomes (2004), o jornalismo político destaca-se nessa prática de usar a teatralização e dentro do teatro a personagens, sejam eles "vilões" ou "mocinhos". Assim, é importante para a análise compreender como o jornal enquadrava os personagens que Temer citou em suas falas.

A oposição não foi citada nas matérias analisadas. Nos momentos analisados, Temer tratou Rodrigo Janot (Procurador Geral da República), Marcelo Miller (assessor de Janot) e Joesley Batista (executivo da JBS) como seus adversários. E foi dessa forma que o jornal enquadrava esses personagens, sempre utilizando as palavras "ataque", "insinuação" para contextualizar a fala de Temer com relação a seus adversários. Os adversários e aliados de Temer bem como Temer foram os personagens que mais apareceram nas matérias, conforme mostra o Quadro 3 (abaixo).

Quadro 3 - Personagens

Matéria	Data de publicação	Personagens
1ª	19 de maio de 2017	Temer; Joesley Batista; Eduardo Cunha, Bruno Araújo; Raul Jungmann; Rodrigo Rocha Loures; Rodrigo Maia; Carmem Lúcia
2ª	26 de maio de 2017	Temer; Fernando Henrique Cardoso; José Sarney, Lula; Tasso Jereissati; Rodrigo Maia; Admar Gonzaga; Tarcisio Vieira
3ª	28 de junho de 2017	Temer; Marcelo Miller; Rodrigo Janot; Rodrigo Rocha Loures e Joesley Batista
4ª	03 de agosto de 2017	Temer; Rodrigo Janot; Carlos Gomes; Francisco Franceschini; Esperidião Amin; Antonio Imbassahy

Conforme podemos ver no Quadro 3, muitos personagens apareceram nas matérias conforme o foco dos acontecimentos e conforme o discurso de Temer. Conforme Motta (2007) explica, o jornalismo político tende a utilizar os enquadramentos dramáticos lúdicos, tipo jogos (guerra, duelo, luta de boxe e outros), porque enquadram melhor os enfrentamentos políticos, facilitando a compreensão dos complexos conflitos da política. Dessa forma, é importante analisar como os personagens são enquadrados pela mídia, tendo em vista o poder midiático na opinião pública.

2.2.3 As temáticas acionadas

Quadro 4 - Temáticas

Matéria	Data de publicação	Temáticas
1ª	19 de maio de 2017	Recuperação econômica, renúncia; investigação; manifestações; mandato tampão
2ª	26 de maio de 2017	Investigação; julgamento no TSE; recuperação econômica
3ª	28 de junho de 2017	Investigação
4ª	03 de agosto de 2017	Reformas; Recuperação econômica

O Quadro 4 mostra todos os assuntos que apareceram nas matérias analisadas. Como podemos observar, a temática da recuperação econômica foi recorrente nos discursos de Temer e enquadrada nas matérias da *Folha*. Na matéria do dia 19 de maio, apareceu a temática do mandato tampão. Nesse momento, o veículo especulava quem assumiria o poder caso Temer saísse. Ainda na primeira matéria a renúncia foi trazida como tema, devido às especulações de que o presidente renunciaria. A segunda matéria trouxe a temática do julgamento da chapa de Temer, que poderia culminar na perda do mandato também. Já a última matéria trouxe como subtítulo “Reformas”, que foi uma temática de destaque no jornal após a Câmara decidir pelo não afastamento do presidente.

2.2.4 O caráter teatral e espetacular

Segundo Gomes (2004), a política contemporânea é espetacular porque se dedica a tarefa de providenciar eventos, fatos, situações e textos dotados de características espetaculares a fim de ganhar visibilidade para se impor na esfera da visibilidade da comunicação de massa, ou seja, o discurso político passa a adotar a espetaculariza-

ção para atender a lógica midiática que é teatral e espetacular.

Schwartzenberg (1977) discute a espetacularização da política, comparando o campo político a um espetáculo de teatro, no qual predominam os personagens e os seus papéis. Assim, segundo o autor o Estado passa a ser uma empresa teatral e a sociedade passa a ser espectadores dessas encenações.

Ao analisar as matérias veiculadas pela *Folha de S. Paulo*, percebemos o enquadramento dramático e espetacular dos discursos de Temer, que já são espetaculares o suficiente. “Não renunciarei. Repito: não renunciarei ..!”, declarou Temer”, podemos perceber um enquadramento dramático de uma fala já espetacular Temer.

Ao defender que o enquadramento predominante no jornalismo político é o enquadramento dramático e lúdico, Motta (2007) justifica que isso acontece para que a mensagem se torne mais fácil e compreensível. Na terceira matéria analisada, percebe-se claramente o enquadramento lúdico que Motta descreve, como se ocorresse um duelo entre o Procurador Rodrigo Janot e o presidente Temer: “Temer vê revanche de Janot e insinua que ele obteve propina”. Já fica claro esse tipo de enquadramento já no título da matéria.

Segundo Motta (2007), o enquadramento dramático dado no jornalismo político permite revelar, amplificar ou instituir conflitos, tensões, clímax; heróis e vilões; bons e maus homens, como na literatura e podemos concluir que isso também leva ainda mais a espetacularização da política. “O presidente também fez questão de elevar o nível dos ataques ao empresário Joesley Batista, da JBS, a quem chamou de “bandido confesso” e de “grampeador”...”, fica nítido o enquadramento dramático e espetacular do veículo.

Ao analisar a matéria, percebemos também que há um interesse em mostrar os bastidores da política, caracterizando ainda mais o caráter

espetacular: “Antes do discurso, Temer recebeu privadamente certa de 40 deputados, que já estavam sentados em seus lugares, e foram chamados para pajear o peemedebista durante a entrada”. Esse trecho da matéria esclarece também sobre o caráter teatral da política, atendendo a lógica midiática do espetáculo.

Considerações Finais

A partir das análises das matérias vinculadas pela *Folha de S. Paulo*, percebe-se que a imagem do governo foi enquadrada de forma mais negativa frente aos momentos de crise do governo, que foram tomados como recortes. As temáticas mais recorrentes nas matérias foram às reformas e a recuperação econômica, dando destaque, assim, a possibilidade de uma recuperação econômica vinda do governo do peemedebista. Foram acionados diversos personagens citados por Temer em seus discursos, dando pouco destaque as acusações de Temer aos seus adversários. Nas matérias analisadas, constata-se também o destaque dado a falas polêmicas e a necessidade de mostrar os bastidores por trás da crise política no governo peemedebista, reforçando a ideia da espetacularização midiática.

O governo Temer começou em meio a uma crise econômica e uma crise política causada pelas investigações da “Lava-Jato” que vêm envolvendo muitos políticos em escândalos de corrupção, bem como uma parte da cúpula do PMDB, partido do presidente. Além disso, o governo de Temer tem aprovado uma série de reformas impopulares, dentre elas a PEC 55, que impõe limites de gastos futuros do governo federal, podendo cortar gastos inclusive de setores essenciais a população como saúde e educação, e a Reforma Trabalhista, bastante criticada por movimentos de esquerda que vêm a reforma como um retrocesso em termos de perda de direitos dos trabalhadores, garantidos tanto pela CLT como pela Constituição de 1988.

Além disso, recentemente Temer também foi alvo da Operação “Lava-Jato”, mas conseguiu o apoio da maioria do Congresso que votou pelo arquivamento do processo contra Temer.

Tendo em vista a centralidade da mídia na sociedade contemporânea e no caso do Brasil em que há uma concentração de poder da mídia em poucos conglomerados (Lima, 2006), analisar um importante veículo como a *Folha de S. Paulo* é relevante para compreender como foi dado o enquadramento em momentos de crise do governo Temer. Diante da crise política que o Brasil se encontra, é importante nos perguntarmos qual o papel da mídia nisso? E qual a intenção dos grandes conglomerados midiáticos?

É importante destacar o caráter espetacular da mídia que tende a adotar buscando principalmente a audiência. Gomes (2004) entende por espetacularização, o fato de a mídia acionar três subsistemas: a diversão, o drama e a ruptura das regularidades. Tudo o que entra na mídia precisa atender a um desses subsistemas. Ao analisar as quatro matérias sobre os discursos de Temer, podemos observar que é acionado esses subsistemas. Cabe avaliar se a *Folha de S. Paulo* enquadra negativamente a fala de Temer buscando a espetacularização ou se o enquadramento é negativo por motivos editoriais e mercadológicos, cabe então analisar no futuro outros cadernos do jornal e em outros momentos, que não sejam momentos de crise, já que em momentos de crise o drama e a ruptura das regularidades tendem ao enquadramento negativo, já que a mídia tem de atender a lógica espetacular.

O governo Temer, apesar de enfrentar uma crise política e uma baixa popularidade histórica, conta com o apoio de boa parte do Congresso graças a acordos políticos. Isso revela que ainda tem um capital político forte no sentido de articular forças de apoio no Congresso. No entanto, tem uma visibilidade negativa na mídia, a partir de um enquadramento desfavorável da grande mídia e das mídias

alternativas, fato agravado por ser um dos presidentes com mais baixo índice de popularidade.

Enfim, os resultados aqui apresentados constituem um pequeno recorte diante da amplitude de veículos a serem analisados e de possíveis recortes. A intenção principal é trazer reflexões sobre a influência midiática nos processos políticos.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

BORBA, F. M. **Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras**. *Opinião Pública*, v. 21, p. 268-295, 2015.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

LIMA, Venício A. **Mídia. Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, São Paulo, ano 10, n. 29, out. 1995.

MARTINS, Thamiris Franco. **A construção da imagem de Dilma Rousseff (PT) na esfera midiática: dissonâncias e convergências narrativas entre a presidente e a candidata à reeleição**. Dissertação de mestrado (Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM UFJF). Juiz de Fora, 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. "Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro". In: **Rev. Sociologia Política**. Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 17, p. 1-25, julho/dezembro 2007.

PORTO, M. P. A Mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de S. Paulo, **Cadernos do CEAM**, Ano II, n. 6, 2001, p. 11-32.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Presença Editorial, 1990.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado espetáculo**. São Paulo: Difel, 1978.

SOUZA, Jessé de. **A radiografia do golpe**. Entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Mariane Motta Campos - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). **E-mail:** marianemottadecampos@hotmail.com

Mayra Regina Coimbra - Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduada em Comunicação Social (Jornalismo), pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). **E-mail:** mayrarcoimbra@gmail.com

Recebido: 30 jan. 2018

Aprovado: 25 abr. 2018